

“CRISE ORGÂNICA” E LUTA DE CLASSES EM GRAMSCI

Giovanni Semeraro

Universidade Federal Fluminense -UFF

Retrato da crise orgânica no Brasil

Ao comemorar o 1º ano de criação da IGS/Brasil, o tema desse seminário nos convoca a analisar as reflexões de Gramsci sobre a crise orgânica e a luta de classes, fundamentais para compreender melhor o que vem acontecendo atualmente no Brasil. A obra de Gramsci, de fato, apresenta um conjunto de preciosas anotações sobre a crise que originou o fascismo na Itália, sobre as razões da derrota do movimento revolucionário na Europa e sobre os caminhos a percorrer para construir a hegemonia das “classes subalternas”.

Do ponto de vista metodológico, no Caderno 13, §17¹, Gramsci anota que uma crise deve ser analisada não apenas como fenômeno imediato e conjuntural, mas como um movimento orgânico, considerado na multiplicidade dos seus componentes e nas suas dimensões globais. Neste sentido, a trama dos fatos políticos e dos enredos que nesses últimos anos foram se precipitando vertiginosamente no Brasil, não podem ser abordados sem levar em conta a brutal reestruturação do capital instaurada com a crise que estourou em 2008 nos países centrais, a retração econômica da China, a falência dos projetos social-democráticos e o desgaste dos governos progressistas na América Latina. Gramsci alerta também que a investigação de “toda uma série de questões que vem se acumulando de forma molecular” (Q 15, §59, p.1824) deve conduzir a ultrapassar a “pequena política” para ganhar a visão da “grande política”. E, além de observar a realidade como se apresenta à primeira vista, o nosso olhar deve se estender também “sobre o que pode vir a ser”, sobre o potencial em gestação nas crises e nas diversas insurgências no Brasil e no mundo.

¹ Ao longo desse artigo, a obra *Cadernos do cárcere* de Antonio Gramsci será citada com a letra Q seguida pelo número do caderno, o número do parágrafo e o número da página, em referência à Edição crítica coordenada por V. Gerratana da obra de Gramsci, A., *Quaderni del carcere*, 4 voll, Torino, Einaudi, 1975.

Com traços surpreendentemente próximos ao quadro sociopolítico vigente atualmente no Brasil, no § 80 do Caderno 7, Gramsci anota que uma “crise orgânica” se manifesta “1) porque grandes massas, antes passivas, entram em movimento, mas em um movimento caótico e desordenado, sem direção, isto é, sem uma precisa vontade política coletiva; 2) porque as classes médias [...] ficam desempregadas, mesmo após ter feito um aprendizado [...]; 3) porque as forças antagônicas foram incapazes de organizar a seu favor esta desordem”. De fato, ao longo desses últimos anos, no Brasil, foi aflorando o ressentimento das classes médias frustradas em suas perspectivas profissionais e, ao mesmo tempo, se intensificaram manifestações nas ruas, nas escolas, nas mais diversas categorias dos trabalhadores, nos movimentos sociais e nos setores populares que viram esfarelar suas expectativas de elevação social. Uma efervescência sociopolítica que elevou o grau de ebulição pela ausência de um agrupamento hegemônico capaz de aglutinar o consenso, dar unidade e direção política ao país frente à perda de rumos do governo, ao descabro do Congresso Nacional, ao triste espetáculo de uma sociedade política cínica e entrincheirada em privilégios e artimanhas jurídicas. Como observa Gramsci, a crise se instala porque ocorre a separação entre sociedade civil e sociedade política, entre governantes e governados. E, na verdade, essa separação entre o Planalto e a planície reflete a situação de um país partido pela profunda desigualdade, pela interdição crescente da população aos serviços públicos e à distribuição das riquezas, pelas gritantes injustiças estampadas no retrato chocante do apartheid urbano e social. Dentro deste contexto, embora reprimida e disfarçada, a luta de classe vem recrudescendo e aparece mais visível na escalada da violência que se alastra em todos os segmentos sociais.

Para o senso comum disseminado pela mídia empresarial cartelizada, a causa da crise é a incompetência e a corrupção do governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Então, para vencer este “câncer”, exalta-se a operação da redentora limpeza “Lava-jato”, conferindo destaque maciço aos casos que envolvem o governo, deixando à margem as numerosas situações escabrosas de outros partidos, encobrindo o comportamento seletivo e arbitrário da magistratura e a manipulação das informações.

Mas a montagem dessa narrativa desmorona quando se descobre cada vez mais que a corrupção tornou-se ingrediente imprescindível na engrenagem eleitoral e no sistema econômico-político. A luz que está se infiltrando nos labirintos desse poder deixa claro como a corrupção é estrutural dos grandes grupos econômicos e é constitutiva da classe dominante. Além da Lava-Jato, a operação Zelotes e o vazamento dos Panamá Papers revelam como as camadas poderosas agem para se enriquecer e multiplicar rapidamente seus empreendimentos, como transferem riquezas nacionais fora do país, de que modo neutralizam a democracia, transformam a política em negócio e o Estado em aparelho a seu serviço. Longe dos noticiários e refratária à justiça, a atuação dessa “matéria escura” não chega a escandalizar e nunca houve panelaço pelas práticas endêmicas de violência e corrupção das elites, as maiores responsáveis pela “crise orgânica” que plasma profundamente o Brasil. Pelo contrário, os sofisticados aparelhos hegemônicos da burguesia, liderados “príncipe eletrônico” da rede Globo, reeditam as campanhas de moralismo hipócrita que derrubou outros presidentes populares (Getúlio Vargas, João Goulart, Juscelino Kubitschek) e ataçam os ressentimentos da classe média para dar sustentação ao novo formato de golpe desferido contra a Presidente da República por meio da farsa de um *impeachment* revestido de formalidades jurídicas.

Como nos lembra Gramsci, é nas crises que o antagonismo entre as classes aparece “insanável historicamente e antes se aprofunda especialmente com o advento de formas cesárias” (Q 13, §27, pp. 1619-22). E, de fato, de um lado há um avanço de inquietantes formas de autoritarismo que não se importam em lançar o país no caos, em violar a Constituição, suprimir direitos sociais e entregar as riquezas nacionais a um restrito grupo de investidores. E, por outro lado, há uma multiplicação de protestos em todos os setores da sociedade contra a usurpação da Presidência da República armada pela plutocracia da Avenida Paulista e seus representantes. A crise atual, portanto, expõe a profunda fratura social do país e mostra que não é passageira, mas orgânica, uma vez que afeta o sistema como um todo: não apenas as instituições “republicanas” e as organizações políticas, mas toda a estrutura econômica, social e cultural. A crise, observa Gramsci, é orgânica quando o “espiritual” se descola do “material”

(Q 6, §10, 690-1), quer dizer, quando a concepção de mundo (a superestrutura) se desenvolve de modo não conforme à estrutura. Em meio a esse processo, a crítica corajosa e rigorosa que sempre caracterizou a tradição marxista não pode prescindir também de uma sincera autocrítica, voltada não apenas a reconhecer os próprios erros, mas, principalmente, orientada a reativar a fidelidade à realidade e à história das lutas populares.

A melancólica parábola de um governo de “esquerda”

Neste sentido, é preciso reconhecer que ao longo dos governos do PT, houve um progressivo distanciamento dos compromissos que receberam o consenso de grande parte da população. Sem desmerecer sua história e suas importantes contribuições, com as palavras de Gramsci se pode dizer que o PT não conseguiu “fazer avançar realmente a sociedade inteira, atendendo não só às suas exigências existenciais, mas, ampliando continuamente os próprios quadros para a contínua conquista de novas esferas” (Q 19, §24, 2012). Desta forma, progressivamente “voltado para si mesmo e independente da massa, o partido termina por se tornar anacrônico e, nos momentos de crise aguda, é esvaziado de seu conteúdo social e resta como que solto no ar” (Q 13, §23, p.1604). Na realidade, não é de agora que o PT perdeu a capacidade de criar uma “unidade orgânica entre teoria e prática, entre camadas de intelectuais e massas populares, entre governantes e governados” (Q 13, §36, p. 1634). O próprio ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em fevereiro de 2015, durante a comemoração do aniversário do seu partido, reconheceu que “o PT deixou de ser um partido das bases para se tornar um partido de gabinetes”. Pagando o preço da coerência das suas posições, no cárcere fascista, Gramsci alertava que “Negligenciar e até desprezar os movimentos considerados ‘espontâneos’, ou seja, renunciar a dar-lhes uma direção consciente, a elevá-los a um plano superior, inserindo-os na política, muitas vezes, pode trazer consequências muito sérias e graves. Quase sempre, acontece que a um movimento ‘espontâneo’ das classes subalternas se segue um movimento reacionário da direita da classe dominante, por motivos concomitantes: uma crise econômica, por exemplo, determina descontentamento nas classes subalternas e movimentos espontâneos de massa e, por outro lado, determina complôs dos grupos reacionários que se aproveitam

do enfraquecimento objetivo do governo para tentar golpes de Estado” (Q 3, §48, p.331).

Embora tenham ampliado direitos e promovido programas sociais, os governos do PT se restringiram a fazer “o que é possível dentro do modelo capitalista”. Ao evitar realizar a reforma agrária e urbana, a reforma política e tributária, a democratização dos meios de comunicação e do judiciário, a auditoria da dívida pública e do sistema financeiro, deixaram inalteradas as prósperas atividades das forças conservadoras e não afetaram a estrutura da desigualdade. Sem combater os mecanismos que reproduzem a concentração das riquezas e sem promover uma “elevação intelectual e moral” das classes populares que crie as condições para exercer plenamente a cidadania não há como chegar a uma sociedade efetivamente justa e democrática. A libertação e a soberania de um país, de fato, não consistem apenas em combater a pobreza, aumentar o consumo e ter cidadãos funcionais ao sistema, mas, dependem essencialmente da educação a se autogovernar, da capacidade de socializar a política e os bens comuns - os direitos mais fundamentais de todos -, sem os quais nenhum povo se constitui como sujeito livre e respeitável. É este o sentido mais profundo que Gramsci confere à democracia quando a define como o sistema que deve favorecer a passagem da condição de governados a governantes, da posição de dirigidos a dirigentes (Q 8, §191, p.1056).

Contrariamente a essa visão, a coalizão que o governo do PT estabeleceu com uma multiplicidade de partidos ideologicamente incompatíveis impediu de enfrentar o poder incomensurável dos bancos e da elite econômica, das empreiteiras e das megaempresas que realizam seus planos à revelia da população. Represada com remendos e paliativos, a crise mundial que afetou o Brasil foi também alimentada pela renúncia fiscal de mais de R\$ 300 bilhões entre 2011 e 2015, derivada da desoneração de tributos e da redução de impostos de grandes empresas, pelos “empréstimos” a juros ridículos para a iniciativa privada que não atendeu ao esperado, pelos gastos faraônicos de mais de R\$ 90 bilhões para a realização da Copa do mundo e das Olimpíadas em obras sem nenhuma urgência ou prioridade, pela falta de controle de grupos econômicos estrangeiros, pelo desvio e o desperdício de recursos públicos em obras mal planejadas

e interrompidas. Desta forma, na medida em que perdia a sustentação popular, o governo foi se agarrando ao financiamento das campanhas eleitorais pelas grandes empresas. Em uma apuração oficial, sabe-se que “R\$ 7 de cada R\$ 10 arrecadados (no total foram R\$ 5 bilhões) por partidos e candidatos nas eleições de 2014 vieram diretamente dos cofres de empresas...[que] ajudaram a eleger 360 dos 513 deputados federais em 2014”².

Na verdade, tanto o governo conciliatório de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) como o centralismo gerencial de Dilma Vana Rousseff (2011-2016)³, acabaram cedendo à típica fórmula da “convivência das classes” que não compromete a estrutura socioeconômica e que sempre caracterizou a história do Brasil, combinando capitalismo selvagem com benefícios sociais paternalistas e a reprodução controlada da desigualdade. Neste sentido, a política do “lulismo”⁴ acabou desmobilizando os movimentos populares e com sua “revolução passiva à brasileira” promoveu uma “conciliação ilusória” de interesses antagônicos. Gramsci, ao contrário, ainda que nos processos de “revolução passiva” reconheça a ocorrência de “modificações moleculares” (Q 15, §11, p.1767) e elementos “relativamente progressivos” em determinadas circunstâncias, não deixa dúvida quanto às tentativas de conciliar o inconciliável. Tais ensaios, de fato, são “criações inorgânicas, porque voltadas a conciliar interesses opostos e contraditórios; a sua ‘historicidade’ será breve porque a contradição aflora em cada acontecimento de que se fizeram instrumento. A filosofia da práxis, ao contrário, não tende a resolver pacificamente as contradições existentes na história e na sociedade, antes, é a própria teoria das contradições; não é o instrumento de governo de grupos dominantes para obter o consenso e exercer a hegemonia sobre as classes subalternas; é a expressão dessas classes subalternas que querem educar a si mesmas na arte do governo” (Q 10, §40, p. 1320).

² P. R. Vilela, “Os donos do Brasil”, in: *Caros Amigos*, ano 19, n.224, dez 2015, p. 18.

³ Singer, A., “Cutucando onças com varas curtas: O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014)”, São Paulo, *Novos Estudos/Cebrap*, n. 102, julho de 2015, p.47ss.

⁴ Singer, A., *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*, Companhia das Letras, São Paulo, 2012.

Um alerta nesta direção havia sido lançado, entre outros, por Carlos Nelson Coutinho quando, em 1999, face à crise política que já se delineava, chamava a atenção sobre a diferença entre “reformismo social-democrático” domesticado pela ordem estabelecida e “uma estratégia reformista-revolucionária que mantenha a superação do capitalismo como objetivo, que conceba o socialismo como meta final de uma *época histórica* assinalada por profundas e progressivas reformas de estrutura”⁵. Sem dar importância a esse horizonte, o PT preferiu seguir o caminho dos partidos permeáveis de centro-esquerda da Europa que tentam sobreviver administrando docilmente o capitalismo. Mas, a história mostra que governar pela esquerda a ordem burguesa tem causado fragorosas derrotas às forças populares e que é ilusório amalgamar políticas sociais compensatórias com a manutenção de um sistema injusto e desigual.

Em *O 18 de Brumário de Luis Bonaparte*, Marx havia já observado que é impossível se associar com a classe dominante que “de fato, sempre aceitou um compromisso, mesmo com o feudalismo, ao passo que, na sua essência, a classe operária deve ser sinceramente *revolucionária*”⁶. Não surpreende, então, se hoje, em uma reedição trágica da história, ao Brasil pode ser aplicado o que Marx escreveu há mais de 150 anos, quando “todo um povo que pensava ter comunicado a si próprio um forte impulso para diante, por meio da revolução, se encontra de repente trasladado a uma época morta, e para que não possa haver sombra de dúvida quanto ao retrocesso, surgem novamente as velhas datas, o velho calendário, os velhos nomes, os velhos editos que já haviam se tornado assunto de erudição de antiquário, e os velhos esbirros da lei que há muito pareciam desfeitos na poeira dos tempos”⁷. 80 anos mais tarde, ao analisar uma crise mais perigosa na Itália e na Europa, Gramsci “traduzia” esse quadro com uma expressão lapidar, atualíssima para o nosso caso: “*O velho morre e o novo não consegue nascer: neste interregno, verificam-se os fenômenos patológicos mais variados*” (Q 3, §34, p. 311).

Dispensa comentários a fartura dos fenômenos patológicos que no Brasil vêm ocorrendo á vista de todos. Fato é que a fragilidade e as contradições do governo de

⁵ Coutinho, C.N., *Contra a corrente*. Ensaios sobre democracia e socialismo, Cortez Editora, São Paulo, 2000, p. 116.

⁶ Marx, K., *O 18 de Brumário de Luis Bonaparte*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2002, p. 185.

⁷ *Ibid.*, p. 23.

“esquerda” ofereceram às forças conservadoras terreno fértil para desencadear uma nova ofensiva do capital. Valendo-se da crise, de fato, os grupos reacionários apelam para a redução do Estado, alteram a Constituição em relação aos direitos sociais, desestruturam as organizações dos trabalhadores e exaltam o império do mercado como o lugar da “ordem e do progresso”. Diante de um quadro semelhante, Gramsci observava que “a situação imediata se torna delicada e perigosa, porque o campo se abre às soluções de força, à atividade de potências ocultas representadas pelos homens providenciais ou carismáticos [...] O processo é diferente em cada país, embora o conteúdo seja o mesmo. E o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente [...]” (Q 13, §23), incapaz de responder às expectativas das massas populares que “apresentam reivindicações que no seu conjunto desorganizado constituem uma revolução” (Q13, §23 pp. 1602-1603).

Cesarismo “pós-moderno” e reorganização das forças populares

É a ameaça proveniente do avanço dessas reivindicações que, no fundo, fermentou a crise no Brasil e levou a editar uma nova forma de intervenção pelo alto. De fato, a quarta vitória eleitoral do governo do PT, arrancada com os votos das camadas mais populares, desencadeou o ressentimento das elites derrotadas e levou à ruptura na base parlamentar operada pelo Presidente da Câmara Eduardo Cunha. Por outro lado, a crescente onda conservadora que avança no mundo e na América Latina forneceu munição para as federações das indústrias e a mídia empresarial, para o capital financeiro e as grandes empresas. Todos esses ingredientes formam um quadro próximo ao que Gramsci chama de “cesarismo”, um fenômeno que “expressa uma situação na qual as forças em luta se equilibram em modo catastrófico” (Q 13, §27, 1619), dando lugar a uma situação de “ingovernabilidade” e abrindo caminho para uma solução “arbitral” que lança mão de “medidas urgentes” e um sofisticado estado de exceção. Atualmente, de fato, “nenhum grupo, nem o conservador nem o progressista, dispõe da força necessária para vencer” (Q 13, §23, p. 1604) e a falta de um polo político alternativo favorece o crescimento de uma peculiar forma de “cesarismo” no Brasil.

“Traduzindo” *O 18 de Brumário de Luis Bonaparte* de Marx para o seu tempo ⁸, Gramsci observa que no “mundo moderno, o mecanismo do fenômeno cesarista é diferente do que foi até Napoleão III” (Q 9, §133, p. 1195), uma vez que “pode se dar uma solução cesarista também sem um César, sem uma grande personalidade ‘heroica’ e representativa. Também o sistema parlamentar tem oferecido um mecanismo para tais soluções de compromisso [...] Todo governo de coalizão é um grau inicial de cesarismo, que pode ou não se desenvolver até os níveis mais significativos (naturalmente a opinião vulgar acha que os governos de coalizão sejam o mais ‘sólido baluarte’ contra o cesarismo)” (Q 13, §27, p.1620) ⁹. Gramsci acrescenta que a atividade deste “moderno cesarismo” não precisa recorrer ao exército ou à força bruta, porque mais do que militar seu poder é “policialesco” (p. 1622), entendendo “a polícia em sentido amplo”, ou seja, “não apenas do serviço estatal destinado à repressão da delinquência, mas, do conjunto das forças organizadas pelo Estado e os privados para tutelar o domínio político e econômico da classe dirigente” (p. 1620). D. Losurdo mostra que a estratégia deste “cesarismo soft” ¹⁰, feita de chantagens econômicas e fuga dos investidores, de boicotes e embargo, de pressões pelo mecanismo da dívida, de complôs e espionagem, de campanhas de difamação e de criminalização do “inimigo”, é a modalidade mais utilizada no nosso tempo para desativar o potencial socializador e democrático dos movimentos populares, para desestabilizar governos “não confiáveis” e para preparar o terreno à invasão e à destruição de inteiros países ¹¹.

Desta forma, a crise torna-se um precioso expediente para justificar a necessidade de “medidas drásticas” e colocar o país “nos eixos”, para esvaziar a ação política popular e deixar mão livre aos “poderes constituídos” para aprovar projetos regressivos e antidemocráticos. Como se sabe, na história do Brasil, salvo breves parênteses de períodos democráticos, o poder conduzido “de fora e pelo alto” tem sido uma constante. Em continuidade com essa tradição subversiva das oligarquias hoje, a

⁸ Liguori, G., “Cesarismo”, in G. Liguori-P. Voza, *Dizionario Gramsciano*, Carocci, Roma, 2009, p. 124.

⁹ O fenômeno da “decomposição do parlamentarismo” (Q 4, §22, 442), um dos sintomas da crise nos anos que antecedem o fascismo, é abordado por Gramsci em diversos artigos pré-carcerários.

¹⁰ Losurdo, D., *Democracia o bonapartismo*. Trionfo e decadenza del suffragio universale, Bollati Boringhieri, Torino, 1993, p. 284.

¹¹ Losurdo, D., *La sinistra assente*. Crisi, società dello spettacolo, guerra. Carocci, Roma, 2014, pp.71-76.

intervenção do grande capital, as tramas parlamentares e judiciais e o monopólio da mídia conduzem de forma “cesarista” os destinos do país. Embora não apareça diretamente, este poder inquestionável estabelece os juro, determina o tipo de produção e de urbanização, suborna políticos e juízes, instala uma extensa rede de escolas e universidades particulares, favorece a disseminação de igrejas narcotizantes e a difusão de uma cultura estúpida e vazia. Quem acha esse retrato um exagero, ignora que na composição do Congresso Nacional predominam os latifundiários, os grandes empresários, os evangélicos e “a bancada da bala”. Um quadro que leva o experiente deputado federal Ivan Valente a afirmar que “O que nós temos lá [no Legislativo] hoje é um aparato, que eu diria assim, quase mafioso”¹². Impossível não lembrar a consideração curta e grossa do velho boss mafioso da “Onorata Società” na famosa “lição” transcrita por Roberto Saviano no seu livro *ZeroZeroZero*: “As leis do Estado são regras feitas por uma parte para foder a outra parte”¹³. Marx havia sido mais elegante quando descreveu o Estado como “comitê organizativo dos interesses da burguesia”.

A forma hodierna deste “neobonapartismo” ou “bonapartismo pós-moderno”¹⁴, é mais sutil e sedutora e, ao mesmo tempo, altamente corrosiva e totalizante. Ela se gesta particularmente nos meandros impenetráveis do sistema financeiro e na esfera econômica e opera não só no aparelho do Estado e nos encantos dos meios de comunicação, mas avança também nas redes sociais que chegam a roubar a cena dos próprios movimentos populares nas mobilizações das ruas. Como Marx havia observado, o capitalismo não se concentra apenas nas estruturas econômicas, mas determina também o modelo das relações sociais, o processo de produção da subjetividade e a difusão do senso comum, uma vez que “a classe que dispõe dos meios

¹² Valente, I., “Sem luta não tem conquista”, Entrevista in *Caros Amigos*, São Paulo, nº 222, 2015, p. 21.

¹³ Saviano, R., *ZeroZeroZero*, Feltrinelli, Milano, 2013, p. 17.

¹⁴ Azzarà, S., *Democrazia cercasi*. Dalla caduta del muro a Renzi: sconfitta e mutazione della sinistra, bonapartismo postmoderno e impotenza della filosofia in Italia, Imprimatur editore, Reggio Emilia, 2014.

de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção intelectual”¹⁵. É com esta visão de conjunto que precisa enfrentar a crise em curso no Brasil e reorganizar as forças populares para a conquista da libertação e da hegemonia.

Diante das inescrupulosas intervenções da classe dominante, na verdade, não serve recorrer ao muro das lamentações e limitar-se a críticas e protestos. Os escritos de Gramsci mostram que, mesmo em situações de impasse e grave perigo, a história “permanece dialética” (Q 15, §62, p.1827). Neste sentido, se as crises são oportunidades para reestruturar o capital e consolidar o fundamentalismo neoliberal, também é verdade que podem tornar-se uma ocasião para as classes populares intensificarem suas lutas e lançar as bases de um novo projeto de sociedade¹⁶.

A crise no Brasil está deixando claro que não há possibilidade de levar a democracia para além de “certos limites” porque, na prática, “em uma sociedade capitalista os empresários têm direito de veto sobre o país”¹⁷ e porque a configuração da democracia burguesa tornou-se o melhor regime para a atuação dos verdadeiros poderes que agem à revelia dela e mostram quem é “o soberano que decide sobre o estado de exceção”¹⁸. Não se deve esquecer que o Parlamento e as instituições funcionaram “regularmente”, dentro das normas constitucionais, quando foram alçados ao poder Mussolini e Hitler. E que, no Brasil, o Congresso Nacional e as câmaras legislativas dos Estados e municípios, as instituições públicas, a magistratura, os bancos, a mídia, o sistema de produção, o mercado, a educação, os centros de poder e os setores polpudos da sociedade, ficam nas mãos da classe dominante e estão longe de uma efetiva democracia.

Sendo assim, se depois da ditadura militar o maior objetivo foi estabelecer o Estado Democrático de Direito, garantir as liberdades civis e políticas, agora, em tempos até mais adversos (pelo clima reinante de distopia e desorientação), se faz necessária a insurgência e o protagonismo de novas e mais vigorosas organizações

¹⁵ Marx, K.-Engels, F., *A ideologia alemã*, Martins Fontes, São Paulo, 1998, p. 48.

¹⁶Burgio, A., *Per Gramsci. Crisi e potenza del moderno*, DeriveApprodi, Roma, 2007, p. 44.

¹⁷Bresser-Pereira, L.C., “‘Uma coisa irracional’, diz Bresser sobre o antipetismo”. Disponível em: <http://brasileiros.com.br> 17/2014/11.

¹⁸Schmitt, C., *Le categorie del 'politico'*. Saggi di teoria politica, G.Miglio - P.Schiera (orgs), Il Mulino, Bologna, 1972, p. 33. O conceito de “estado de exceção” é amplamente retomado e atualizado, entre outros autores, também por G. Agamben. Cf., particularmente, o seu livro *Stato di eccezione*. Homo sacer II, Bollati Boringhieri, Torino, 2003.

políticas populares capazes de levar adiante o processo da democratização e avançar, principalmente, no terreno da socialização do poder político e econômico e na criação de um Estado nacional de caráter popular. Neste audacioso e mais elevado empreendimento político, será preciso aprender cada vez mais a travar embates em uma sociedade caracterizada por complexas “relações de força” (Q 13, §17) e sofisticados instrumentos ideológicos que apresentam uma “concentração inaudita de hegemonia”. Tratando-se de uma “crise orgânica” e global de longa duração que “não pode ser superada que construindo uma nova estrutura” (Q 14, §57, p.1716), o combate hegemônico só será possível com fortes organizações de sujeitos coletivos populares, preparados para “uma guerra de posição” ampla e capilar, “intensa, difícil, para a qual são demandadas qualidades excepcionais de paciência e de espírito criativo” (Q 6, §138, p.802), em condições de criar uma insubstituível e permanente educação para o autogoverno, sem o qual “nascerá sempre uma forma qualquer de bonapartismo” (Q 1, §158, p.139).

Recebido em 18 de setembro de 2016

Aprovado em 30 de setembro de 2016

Editado em 15 de dezembro de 2016